

# Direito Internacional da Segurança

DIREITO INTERNACIONAL DA PAZ

DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS

DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

DIREITO INTERNACIONAL PENAL

**2022 • 2ª edição, revista e atualizada**

Jorge Bacelar Gouveia

Professor Catedrático de Direito, Advogado e Jurisconsulto

Presidente do Instituto de Direito e Segurança

Agregado, Doutor e Mestre em Direito

## **DIREITO INTERNACIONAL DA SEGURANÇA**

**AUTOR**

Jorge Bacelar Gouveia (jorgebacelargouveia@live.com  
www.jorgebacelargouveia.com)

**EDITOR**

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.  
Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 80  
3000-167 Coimbra  
Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901  
www.almедina.net · editora@almедina.net

**DESIGN DE CAPA**

FBA.

**PRÉ-IMPRESSÃO**

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.  
IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Junho, 2022

DEPÓSITO LEGAL

.....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

1220076

-----  
BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

GOUVEIA, Jorge Bacelar, 1966-

Direito internacional da segurança. – 2ª ed. rev.

e atualizada. – (Manuais universitários)

ISBN 978-989-40-0566-7

CDU 341

## ÍNDICE GERAL

NOTA PRÉVIA À 2ª EDIÇÃO	7
NOTA PRÉVIA À 1ª EDIÇÃO	9
PLANO	11

### CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

§ 1º COMUNIDADE INTERNACIONAL E DIREITO INTERNACIONAL NA SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICO-POLÍTICA	
1. Poder Político e membros da Comunidade Internacional	15
2. O Direito Internacional Público	17
3. Periodificação da evolução do Direito Internacional Público	20
4. O atual período contemporâneo do Direito Internacional Público	22
§ 2º SEGURANÇA, GLOBALIZAÇÃO E COMUNIDADE INTERNACIONAL DE RISCO	
5. A Comunidade Internacional e as suas relações; a Globalização como novo pressuposto	27
6. Os conflitos internacionais e a Segurança	28
7. A novidade da Segurança Humana	30
8. A Comunidade Internacional de Risco e as suas ameaças	33
§ 3º DIREITO INTERNACIONAL DA SEGURANÇA	
9. A Segurança Internacional e o Direito Internacional Público	41
10. A delimitação do Direito Internacional da Segurança	42

## CAPÍTULO II

### DIREITO INTERNACIONAL SANCIONATÓRIO

§ 4º JURIDICIDADE E COERCIBILIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	
11.	A negação filosófica do caráter jurígena do Direito Internacional Público <span style="float: right;">49</span>
12.	A negação teórica do caráter jurígena do Direito Internacional Público e o tema da sua coercibilidade <span style="float: right;">51</span>
§ 5º VIOLAÇÃO E EFETIVIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL DA SEGURANÇA	
13.	A ideia de ilicitude internacional <span style="float: right;">55</span>
14.	As sanções possíveis: desvalor e responsabilidade <span style="float: right;">57</span>

## CAPÍTULO III

### DIREITO INTERNACIONAL DA PAZ

§ 6º A RESOLUÇÃO PACÍFICA DAS CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS	
15.	As vias de resolução das controvérsias internacionais e a preferência pelos meios pacíficos <span style="float: right;">63</span>
16.	A resolução política das controvérsias internacionais <span style="float: right;">65</span>
17.	A resolução jurisdicional das controvérsias internacionais <span style="float: right;">66</span>
18.	A crescente judicialização da repressão da ilicitude internacional <span style="float: right;">69</span>
§ 7º O DIREITO HUMANO À PAZ	
19.	A proteção jurídico-internacional da pessoa humana <span style="float: right;">73</span>
20.	Sempre o ideal da Paz: a <i>Paz Perpétua</i> de Immanuel Kant <span style="float: right;">76</span>
21.	O direito humano à paz como direito de 5ª geração <span style="float: right;">78</span>

## CAPÍTULO IV

### DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS

§ 8º A CONDENAÇÃO INTERNACIONAL DA GUERRA	
22.	A evolução ético-doutrinal acerca da licitude da guerra <span style="float: right;">83</span>
23.	A proscrição normativo-internacional do uso da guerra <span style="float: right;">86</span>

§ 9º	A PRESERVAÇÃO DA SEGURANÇA INTERNACIONAL PELA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	
24.	A intervenção do Conselho de Segurança das Nações Unidas	95
25.	As sanções aplicáveis	98
26.	As operações de paz	100
27.	A exceção da legítima defesa internacional	105

## CAPÍTULO V

### DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

§ 10º	EVOLUÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO	
28.	As diversas fases de desenvolvimento	113
29.	O Direito da Haia (1ª fase)	115
30.	O Direito de Genebra (2ª fase)	115
31.	O Direito de Nova Iorque (3ª fase)	117
§ 11º	CONSTRUÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO	
32.	A Cruz Vermelha Internacional	119
33.	Os princípios fundamentais	121
34.	A questão da ingerência humanitária; a responsabilidade de proteger	122

## CAPÍTULO VI

### DIREITO INTERNACIONAL PENAL

§ 12º	A RESPONSABILIDADE PENAL INTERNACIONAL	
35.	A afirmação progressiva da responsabilidade penal internacional	127
36.	A primeira fase: as jurisdições estaduais penais	129
37.	A segunda fase: os Tribunais Militares Internacionais de Nuremberga e de Tóquio	132
38.	A terceira fase: o longo trabalho político-doutrinário de formulação substantiva de novos crimes internacionais	138
39.	A quarta fase: os tribunais internacionais <i>ad hoc</i> para a ex-Jugoslávia e para o Ruanda; alguns tribunais estaduais internacionalizados	140
40.	A quinta fase: o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional	149
41.	Traços fundamentais da responsabilidade penal internacional	152
42.	O terrorismo e o Direito Internacional da Segurança	154

## § 13º O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

43. O Estatuto de Roma	157
44. Os crimes previstos e as penas aplicáveis	161
45. O âmbito da jurisdição penal e a articulação com as jurisdições nacionais	163
46. Apreciação crítica do Tribunal Penal Internacional	167
47. A Constituição Portuguesa e o Tribunal Penal Internacional	170

BIBLIOGRAFIA	181
--------------	-----

ÍNDICE GERAL	199
--------------	-----